

SELMA APARECIDA DA COSTA AFONSO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS.**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção da certificação do curso de
Especialização em Educação do Campo, Setor
Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Cassius Marcelo Cruz.

**NOVA TEBAS
2014**

EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

SELMA APARECIDA DA COSTA AFONSO

RESUMO: Este artigo tem a finalidade de apresentar a educação do campo e discutir algumas concepções de políticas públicas e práticas pedagógicas dentro do âmbito escolar, bem como a ação de alguns movimentos sociais na construção de uma identidade educacional do campo. Para isso o artigo estrutura-se em partes, a primeira parte destina-se a parte histórica da educação do campo, como seus princípios; uma segunda que relata e discute Práticas pedagógicas voltadas para uma realidade local dos educandos oriundos do campo, e políticas públicas que acabam por serem desconhecidos por parte da comunidade do campo e a terceira e última um breve relato de experiência vivenciada por meio da pesquisa, e diferentes visões sobre a manutenção da prática pedagógica nas salas de aulas de escolas do campo, como forma de contribuir e valorizar a história dos alunos camponeses.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas; Educação do Campo; Políticas Públicas; Identidade

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, surge a necessidade de uma educação do campo voltada para a realidade da população camponesa. A educação oferecida para os alunos de escola do campo precisa ser pensada e repensada, com características e especificidades que contemplem o seu dia a dia rural.

Por isso, uma necessidade constante de estudos e valorização do homem do campo com políticas públicas voltadas para a permanência das pessoas no campo, mas ao mesmo tempo, ofertando condições para que isso aconteça.

E a Educação do Campo é uma política pública que visa os povos do campo, tendo em vista os camponeses como sujeitos que constroem suas próprias histórias, independente de sua religião, cor, raça e lugar onde mora.

Para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que entenda sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários. (FERNANDES, 2006, p.30).

A luta por uma educação do campo com praticas pedagógicas e políticas públicas diferenciadas, não é de hoje que vem sendo tratados assuntos relacionados a essas questões. Movimentos sociais de luta pela educação do campo é algo que vem sendo trabalhado por alguns anos.

Essa busca visa uma formação política, histórica, social, cultural do individuo, e a educação mostra a ele, como ele é capaz de mudar o meio no qual esta inserido. A sua emancipação enquanto sujeito formador para além de sua própria história e de sua importância para a sociedade.

Por isso, uma necessidade constante de estudos e valorização do homem do campo com políticas públicas voltadas para a permanência das pessoas no campo, o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades.

Esse reconhecimento vai além do espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos.

No âmbito das políticas públicas para a educação, pensava-se que o problema a ser resolvido para a educação das populações que vivem fora das cidades decorria apenas da localização geográfica das escolas e da baixa densidade populacional nas regiões rurais.(Silva;Junior e Ribeiro,2012,p.02).

Neste sentido, a escola do campo necessita muito mais que localização e transporte público, mas de metodologias voltadas para a realidade dos alunos e suas reais necessidades. Instigar os conhecimentos que possuem e valorizar as suas experiências trazidas de casa.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRICO

Na trajetória da Educação do Campo, houve união de forças, com a produção do aporte teórico, com a pesquisa, a vivência de práticas educativas, a elaboração de políticas públicas, a articulação dos diversos sujeitos dessa educação.

De acordo com a DCE da Educação do Campo (2006); podemos afirmar que nesse contexto social mais amplo. Que objetiva a construção de um país mais justo, humano e solidário, tem algumas prioridades, como a construção da igualdade social, a redução das desigualdades econômicas, a ampliação do espaço cultural e o respeito a diversidade.

Estas prioridades ensejam a participação conjunta da sociedade e estado na construção de políticas pública que possibilitem tais realizações.

Dentre as diversas políticas públicas ofertadas a sociedade, a educação aparece como um direito constitucional a ser assegurado a todos os brasileiros, como condição para a formação humana e para o exercício da cidadania.

A partir desse contexto de mobilização social, a Constituição de 1988 consolidou o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais em complemento, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece uma base comum a todas as regiões do país, a ser complementada pelos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino e determina a adequação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, entidade supra-organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. Esse movimento é um compromisso interinstitucional partilhado entre o Ministério da Educação (MEC), o Conselho de Secretários de Estado da Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), na perspectiva do fortalecimento do regime de colaboração, para reafirmar e renovar os compromissos em favor do desenvolvimento da Educação do Campo no Brasil no contexto atual.(MEC,1998).

O Simpósio tinha como objetivo fortalecer uma rede de ações e relações político-pedagógicas entre Escolas Públicas Estaduais do Campo, Instituições de Ensino Superior e Movimentos Sociais;

Consolidar a Implementação das Diretrizes Operacionais Nacionais e as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo;

Consolidar com gestores e educadores das escolas estaduais, representantes das Instituições de Ensino Superior e dos Movimentos Sociais os princípios e concepções que fundamentam a identidade da Escola do Campo;

Contribuir no debate sobre o papel da Escola Pública do Campo no processo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

De acordo com Manifesto da Educação do campo do Estado do Paraná (2010); foram elaborados os seguintes princípios da Educação do Campo:

1. Educação do Campo tem em sua gênese, o vínculo com os Movimentos Sociais e Organizações Populares do Campo;

2. A Educação do Campo compreende a educação escolar do e no campo, como direito universal;

3. A Educação do Campo e seu vínculo com um projeto de desenvolvimento que considera a interdependência campo-cidade;

4. A Educação do Campo valoriza os saberes e as experiências dos sujeitos do campo, no processo de escolarização da Educação Básica e Superior;

5. A Educação do Campo tem suas Políticas Públicas constituídas por ações do Estado acerca das necessidades da realidade social e educativa originárias das formas de participação e decisão dos sujeitos, movimentos e organizações sociais do campo.

3 Identidade e Práticas Pedagógicas da Educação do Campo

Autores como Caldart (2000) demonstram as conquistas e os desafios na construção da pedagogia da Educação do Campo. Arroyo (1989) salienta a existência de uma pedagogia que vai além da escola, que é organizada nos movimentos sociais, na prática social e na vivência do dia a dia.

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná- Educação do Campo (2006), definem a identidade da escola do campo, não circunscrita apenas a um espaço geográfico, mas vinculada aos povos do campo, seja os que vivem no meio rural, seja os que vivem nas sedes dos rurais do nosso país.

Assim, a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/as familiares, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Essa concepção está expressa no parecer das Diretrizes e tem sua identidade definida no art. 2º, § único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ao afirmar que:

"a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país".

Portanto, a identidade da Educação do Campo definida pelos seus sujeitos sociais deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo.

Essas relações econômicas e sociais são vividas e construídas por sujeitos concretos, de diferentes gêneros, etnias, religiões, vinculados (ou não) a diferentes organizações sociais e diferentes formas de produzir e viver individual e coletivamente.

Homens e mulheres que, submetidos a um modelo agrícola hegemônico que se revela a cada dia mais socialmente excludente, ambientalmente insustentável e economicamente seletivo, impõem a necessidade de uma educação que dê conta da compreensão crítica dos mecanismos que o

produzem e sustentam, assim como das possibilidades dos sujeitos de produzirem mudanças nessa dinâmica.

De acordo com Arroyo (1999); e Molina (2003); nas duas últimas décadas, a denominação do campo vem se expandindo para demarcar o papel dos sujeitos e a importância da educação na sua formação e no seu desenvolvimento.

Ela carrega consigo um conjunto de conhecimentos e práticas que instigam as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, ao transformar-se no lugar não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à educação, à saúde, à organização da produção, pela soberania alimentar, pela preservação das águas, entre outros. Essas lutas acabaram por colocar na pauta novas políticas culturais, econômicas e ambientais para o país.

Fernandes (2006), especifica que muitas são as contribuições dos movimentos sociais e de diferentes educadores e pesquisadores para uma outra compreensão do campo e da educação". Estas reflexões situam-se tanto no campo prático quanto no campo teórico, e se posicionam em favor de dois aspectos:

I. Uma educação que supere a dicotomia entre rural e urbano - já superamos a idéia de que é preciso destituir a cidade para o campo existir, e vice-versa. O campo e a cidade são dois espaços que possuem lógicas e tempos próprios de produção cultural, ambos com seus valores. Não existe um espaço melhor ou pior, existem espaços diferentes que coexistem. No entanto, fica evidente a histórica ausência de políticas públicas que considerem, na sua formulação e implementação, as diferenças entre campo e cidade, no sentido de que a vida em ambos os meios se tece de maneira distinta e que políticas "universalistas", baseadas em um parâmetro único (e geralmente urbanizado), que não se aproxima das necessidades, potenciais saberes e desejos dos que vivem no campo, acabam por reproduzir a desigualdade e a exclusão social, distanciando cada vez mais os sujeitos do campo do exercício de sua cidadania.

II. Uma educação que afirme relações de pertença ao mesmo tempo diferenciadas e abertas para o mundo - o sentimento de pertença é o que vai criar o mundo para que os sujeitos possam existir, uma vez que a condição para o desenvolvimento das suas competências e dos seus valores é a pertença a um lugar. É a partir dele que o ser humano elabora a sua consciência e o seu existir neste mundo. Pertencer significa se reconhecer como integrante de uma comunidade e um sentimento que move os sujeitos a defender as suas idéias, recriar formas de convivência e transmitir valores de geração a geração.

Ao lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à alimentação e à educação, os sujeitos vão recriando as suas pertenças, reconstruindo a sua identidade com a terra e com a sua comunidade. Esta é uma característica própria dos sujeitos do campo, não excludente, mas de afirmação, porque os sentimentos que vivem na e da terra com todo o ecossistema não são os mesmos para os que vivem na cidade.

Por isso a Educação do Campo, porque "o lugar não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro" (SANTOS, 2001, p. 114).

Tanto a superação da dicotomia entre o rural e o urbano, quanto a necessidade de recriar os vínculos de pertença ao campo, são apenas dois dos aspectos que caracterizam a Educação do Campo da qual estamos falando.

3.1 Pressupostos da Educação do Campo

A educação do campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças, gêneros, raças e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença à terra e nas formas de organização solidária. Portanto, os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente.

O currículo precisa incorporar essa diversidade, assim como precisa tratar dos antagonismos que envolvem os modelos de agricultura,

especialmente no que se refere ao patenteamento das matrizes tecnológicas e à produção de sementes. Incorporar não somente ao currículo, mas ao cotidiano da escola, a cultura da justiça social e da paz é tarefa fundamental para um projeto político de educação do campo que se pretenda emancipatório.

Políticas de educação como formação humana pautam-se pela necessidade de estimular os sujeitos da educação em sua capacidade de criar com outros um espaço humano de convivência social desejável. A formação humana é todo o processo educativo que possibilita ao sujeito constituir-se enquanto ser social responsável e livre, capaz de refletir sobre sua atividade, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de relacionar-se eticamente, porque não desaparece nas suas relações com o outro. Portanto, a educação como formação humana é também uma ação cultural.

Esse processo que engloba conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos construídos no processo educativo deve refletir-se também na dimensão institucional de forma permanente e sistemática e deve atravessar toda a vida escolar e, portanto, também o processo avaliativo.

Este, por sua vez, precisa considerar os saberes acumulados pelas experiências de vida dos educandos e educandas e constituir-se instrumento de observação da necessidade a partir dos quais estes saberes precisam ser ampliados. Não apenas os saberes, mas a própria dinâmica da realidade onde está enraizado este processo, do contrário torna-se inválido o princípio determinante da escola vinculada à realidade dos sujeitos.

"O poder público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico".

A escola do campo é uma concepção que está vinculada à realidade dos sujeitos, realidade esta que não se limita ao espaço geográfico, mas que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que desenham os modos de vida desses sujeitos.

Construir uma educação do campo significa pensar numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, obviamente não em nome da permanência, nem da redução destas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença. Uma escola que proporcione aos seus alunos e alunas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver. Isso significa, em última análise, inverter a lógica de que apenas se estuda para sair do campo.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A prática pedagógica, entendida como uma dimensão da prática social, é gerada no estabelecimento de relação entre os conhecimentos do processo de formação inicial dos profissionais da educação e os conhecimentos adquiridos no conjunto das ações desenvolvidas no mundo da escola e da política local de educação. De acordo com SOUZA (2010), é desse modo que mencionamos práticas pedagógicas que se identificam com o posicionamento dos movimentos sociais quanto à educação do campo e práticas que reproduzem tanto dentro dos contextos escolares, como no âmbito das políticas públicas.

Nesse sentido, a caracterização da prática pedagógica desta pesquisa, teve como ponto de partida a realidade dos alunos e dos profissionais que trabalham em escolas do campo.

As questões relacionadas na pesquisa são referentes sobre alguns planejamento de ensino, seleção de conteúdos, metodologia, projetos escolares, participação dos alunos, relação aluno-professor e comunidade-professor, políticas públicas voltadas para o homem do campo, entre outras.

A pesquisa tem como relevância aos aspectos da comunidade e da realidade local dos educandos, como na seleção dos conteúdos escolares, embora o livro didático seja o instrumento central no trato dos conteúdos.

O que muitas vezes acontece nas salas de aula de Educação do Campo, é uma distancia muito grande, entre a pratica pedagógica e a realidade dos alunos. O professor precisar ser um mediador entre transmitir

conhecimentos que sejam utilizados o dia a dia dos seus alunos, e demonstrar aos mesmos, a importância das políticas públicas que são voltadas ao campo e sua própria valorização, como homem do campo.

A prática pedagógica precisa ser construída a partir da "realidade" dos alunos, da comunidade, "temas essenciais para o dia-a-dia do educando". Os conteúdos precisam fazer referências como: lixo, água, limpeza, atividades econômicas, meio ambiente, família, classes sociais, políticas públicas, direitos e deveres das comunidades, cultura de época, plantio, financiamentos agrícolas, etc; e na práxis pedagógica, é possível perceber a preocupação com o sentido do conteúdo/conhecimento para a vida do aluno.

A prática pedagógica como a metodologia em sala de aula, precisa de interação professor e aluno. As aulas somente expositivas, acabam sendo cansativas e repetidas. Por isso a prática de leitura, debates, trabalhos em grupos, rodas de conversas, trabalhos práticos, pesquisas, leituras compartilhadas, desenhos, ilustrações etc. Um professor afirmou que "trabalha com a participação ativa dos educandos e intervenção do professor; o educando é construtor de conhecimentos". Enfim, a interação social sob a perspectiva da realidade local e cultural dos alunos, parece ser uma das características metodológicas na prática nas escolas do campo.

Os professores de Escola do Campo, precisam organizar conteúdos independente das orientações oficiais, e seguir o que realmente os educandos e a comunidade necessitam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola do campo é uma concepção que está vinculada à realidade dos sujeitos, realidade esta que não se limita ao espaço geográfico, mas que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que desenham os modos de vida desses sujeitos.

Construir uma educação do campo significa pensar numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, obviamente não em nome da permanência, nem da redução destas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença.

Uma escola que proporcione aos seus alunos e alunas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver. Isso significa, em última análise, inverter a lógica de que apenas se estuda para sair do campo.

REFERENCIAS

ARROYO, M. e FERNANDES, B. M. **Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo. São Paulo, 1999.

BRASIL. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**: Caderno de Subsídios. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo de Trabalho de Educação do Campo, Brasília: 2004.

BATISTA, F. M. C. **Educação Rural – das experiências à política pública**. NEAD/MDA. Editorial Abaré. Brasília, 2003.

BRASÍLIA. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2000.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST (1979-1999). Universidade de São Paulo, 1999 (Tese de Doutorado).

MOLINA, M. C. **A contribuição do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária para a promoção do desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2003 (mimeo).

RIBEIRO, M. **Educação do campo: a emergência de contradições**. In: GRACINDO, R.V. (Org.). Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília, DF: Líber Livro, 2007. p. 153-170

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. Ed. Hucitec. São Paulo, 1996.

Sites:

www.cifers. 15. com.br\J.L.A. Moraes sisprodterr rurais pdf .Acessado em 11 de abril de 2014.

O PROCAMPO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PARÁ- AMAZÔNIA EIXO TEMÁTICO - Educação do Campo e Políticas Públicas. In:Artigo científico.Acesso em 12 de Abril de 2014.

MUNARIM, A. *Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção*. 17f. Trabalho apresentado no GT 3: Movimentos sociais e educação, 31ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 11 de Abril de 2014.